



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social.

O PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: DA RECUSA AO CONSERVADORISMO À INCORPORAÇÃO DAS LUTAS FEMINISTAS

Liliane Gomes de Abrantes Andrade¹
Vannessa Karla Lima Ferreira²

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar a aproximação do Serviço Social com o movimento feminista. Para tanto, partimos de uma análise sócio-histórica, dando ênfase às transformações societárias e suas incidências na profissão, cuja maior expressão é o processo de renovação, a partir do qual se estabelece a relação entre Serviço Social e feminismo.

Palavras-chaves: Serviço Social. Processo de renovação. Projeto Profissional. Movimento feminista.

Abstract: The article aims to analyze the approach of Social Service with the feminist movement. To do so, we start with a socio-historical analysis, emphasizing the societal transformations and their implications in the profession, whose greater expression is the process of renewal, from which the relationship between Social Work and feminism is established.

Key words: Social Work. Renewal process. Professional Project. Feminist movement.

1 INTRODUÇÃO

A aproximação do Serviço Social brasileiro com o movimento feminista é tributária do processo de renovação da profissão iniciado por volta dos anos de 1975 e, sobretudo, da consolidação do Projeto Ético-Político da profissão – ocorrida na década de 1990 – tal qual demarca a defesa de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero. Nesse sentido, o presente trabalho busca possibilitar a reflexão e apreensão da apropriação das lutas feministas no âmbito do Serviço Social, a partir do processo de recusa ao Ser.

De início, abordou-se o contexto sócio-histórico do Serviço Social, sinalizando as configurações socioeconômicas e seus delineamentos que incidiram no processo de renovação e, portanto, na recusa ao conservadorismo, culminando na construção do Projeto Ético-Político, situando-o enquanto elemento propulsor da vinculação dos(as) assistentes sociais aos movimentos sociais, advindos da classe trabalhadora.

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Estadual da Paraíba, E-mail: gomesufcg@hotmail.com.

² Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Campina Grande, E-mail: gomesufcg@hotmail.com.

Posteriormente discutiu-se a aproximação do Serviço Social com as pautas de luta feministas, considerando a necessidade da interlocução dos assistentes sociais com as lutas dos movimentos sociais, conforme defende o PEPSS, apontando os avanços, bem como os desafios postos ao Serviço Social no que se refere à introdução desse debate na profissão.

Tendo em vista a complexidade dos processos históricos e sociais, o método de análise utilizado para construção deste trabalho foi o método crítico dialético, por compreender que este proporciona ao pesquisador uma apreensão concreta da realidade em suas múltiplas determinações e, portanto, a superação da pseudoconcreticidade.

2 O PROCESSO DE RUPTURA COM O SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL: a construção do Projeto Ético-Político

No Brasil, o Serviço Social tem sua gênese na segunda metade da década de 1930, cujos parâmetros orientadores se baseiam na doutrina³ social da igreja, mais precisamente no ideário franco-belga de ação social. Nesse contexto a profissão assume um caráter de apostolado, pautando-se em abordagens de cunho religioso e moral face ao enfrentamento da questão social, na perspectiva de moldar o comportamento dos indivíduos a partir da imposição de valores e princípios, e integrá-los ao modelo de sociabilidade vigente (YAZBEK, 2009).

A partir da década de 1940, as novas configurações do desenvolvimento capitalista e a intervenção do Estado no campo social impõem ao Serviço Social a necessidade de sistematização de seu espaço sócio-ocupacional. Nesse sentido, e sob a influência do Serviço Social norte-americano, o conservadorismo católico presente na gênese do Serviço Social brasileiro sofre influência positivista e estrutural funcionalista, com o objetivo de imprimir um cariz técnico-científico à profissão.

O Serviço Social mantém seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre proletariado urbano, articulando – na justificativa dessa ação – o discurso humanista, calcado na filosofia aristotélico-tomista, aos princípios da teoria da modernização presente nas ciências sociais. “Esse arranjo teórico-doutrinário oferece ao profissional um suporte técnico-científico, ao mesmo

³ Caracteriza-se por ser uma visão de mundo abrangente fundada na fé em dogmas. Constitui-se de um conjunto de princípios e crenças que servem como suporte a um sistema religioso, filosófico, político, entre outros (YAZBEK, 2009).

tempo em que preserva o caráter de uma profissão “especial”, voltada para os elevados ideais de “serviço ao homem” (IAMAMOTO, 2013, p24).

Segundo Yazbek (2009), o Serviço Social calcado na perspectiva positivista não aponta para mudanças, se não aquelas previstas pela ordem social vigente, que visam ajustar e manipular os indivíduos a partir de um conjunto de instrumentos e técnicas sofisticados de cunho conservador. Trata-se da tecnificação profissional e da burocratização dos serviços ofertados nas instituições.

Contudo, e em decorrência do conjunto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais emergidas na década de 1960, período marcado pela expansão do capital mundial, a categoria profissional dos assistentes sociais passa a questionar o Serviço Social tradicional em suas múltiplas dimensões: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Esse movimento de renovação que surge no Serviço Social latino-americano coloca para os profissionais a necessidade de construção de um novo projeto, agora comprometido com a classe trabalhadora (YAZBEK, 2009).

Assim, a recusa ao Serviço Social tradicional é um processo global, isto é, o processo de renovação da profissão não se dá de forma exclusiva no Brasil; é parte integrante do chamado Movimento de Reconceituação no plano macro. No entanto, apresenta algumas particularidades determinadas pela conjuntura sociopolítica.

No Brasil, esse processo assume características distintas, em razão do golpe militar ocorrido em 1964. Nos marcos da ditadura militar somada à industrialização pesada, o mercado de trabalho dos assistentes sociais é ampliado e reconfigurado. Esse processo é mediatizado pela reorganização da esfera estatal enquanto regulador de políticas públicas e sociais voltadas para o enfrentamento da questão social, bem como pela inserção dos assistentes sociais no âmbito das empresas privadas. Esse mercado impôs à profissão um leque de requisições e/ou exigências para seu exercício profissional (NETTO, 2015).

Nesses rumos, a ampliação do mercado de trabalho para os(as) assistentes sociais e as exigências que lhes foram impostas resultaram na recusa do Serviço Social tradicional. A profissão dá início ao processo de reconstrução do Serviço Social, agora sob novas bases. Sumariamente, o Serviço Social brasileiro inaugura um processo de renovação, até então nunca visto pela categoria, cujos direcionamentos se apresentam em três momentos.

Inicialmente, surgiu a perspectiva modernizadora, que despontou em 1965 e foi impulsionada pelos congressos realizados pela CBCISS, tendo como grande marco teórico os seminários de Araxá e Teresópolis. Seu intuito era adequar o Serviço Social ao cenário sócio-histórico e político daquela conjuntura, demarcada pelo Golpe Militar e o período de industrialização pesada, utilizando o positivismo com um viés funcionalista e importando

técnicas de outras profissões como estratégia de corroborar com o desenvolvimento capitalista e a regulação social.

A segunda direção, emergida em 1975, é a reatualização do conservadorismo. Ela utilizou como suporte técnico-metodológico a fenomenologia com auxílio da teoria psicossocial por meio de práticas que buscavam o enquadramento do indivíduo à ordem posta através do estudo da subjetividade. Isso remete a uma base teórico-metodológica conservadora, uma vez que tais práticas subjetivistas anulam a possibilidade de análise crítica acerca das processualidades sócio-históricas intrínsecas à realidade, atribuindo a culpa das desigualdades sociais aos sujeitos, configurando um retorno enviesado ao passado, porém em concepções mais sofisticadas, menos débeis, em busca de uma cientificação profissional. Os marcos teóricos da perspectiva foram os Seminários de Sumaré e do Alto da Boa Vista, e sua divulgação deu-se nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, nas instituições universitárias (NETTO, 2011).

O último momento desse processo de renovação foi denominado de intenção de ruptura e ocorreu na década de 1980, mais especificadamente em 1985. F a perspectiva que de fato criticou o Serviço Social conservador e o tradicionalismo profissional, proporcionando o rompimento com os suportes teórico-metodológicos, ideológicos, positivistas e funcionalistas, proporcionando uma aproximação com o marxismo, ainda que enviezadamente, pois como o próprio Netto (2011) expõe, recorreram a fontes secundárias, o que gerou um empobrecimento teórico do marxismo. Esse contexto propiciou a emersão de posturas profissionais politizadas e a aproximação com a classe trabalhadora, tornando possível a apreensão da dimensão política da conjuntura e da correlação de forças e antagonismos inerentes à ordem posta. Assim:

(...) é essa a perspectiva que dá o tom da polêmica profissional e fixa as características da retórica politizada (com nítidas tendências à partidarização) de vanguardas profissionais de maior incidência na categoria, permeando o que há de mais ressoante na relação entre esta e a sociedade – e de forma tal que fornece a impressão de possuir uma incontestante hegemonia no universo profissional (NETTO, 2011, p.159-160).

Essa conjectura, fomentada pelo teor crítico do marxismo e recusa ao tradicionalismo, foi o marco teórico-referencial propício para a construção do Projeto ético Político do Serviço Social. Nos anos de 1980, momento em que a profissão vivencia a Reforma Curricular que tal projeto fora elaborado, especificadamente, a partir do III Congresso Brasileiro de Assistência Social (CBAS), realizado no ano de 1979 em São Paulo, onde de forma organizada, uma vanguarda profissional virou uma página na história do Serviço Social brasileiro ao destituir a mesa de abertura composta por nomes oficiais de ditadura,

trocando-a por nomes advindos do movimento dos trabalhadores. Tal congresso ficou conhecido como “Congresso da Virada”.

O PEP é composto pela Lei de Regulamentação 8662/93, Código de Ética 273/93 e Diretrizes Curriculares 1996 aprovadas nos anos 2000 pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC). Este peculiariza-se por três dimensões: dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social; dimensão política-organizativa da profissão; e dimensão jurídico-política. A primeira delas tem como parâmetro a afinidade com as tendências teórico-críticas do pensamento social, propondo o rompimento com posturas e conhecimentos conservadores no Serviço Social, que impõe a manutenção da ordem. Já a segunda dimensão mencionada se caracteriza pela capacidade do profissional de compreender a realidade e se posicionar criticamente sobre ela, bem como a capacidade de se organizar dentro dessa sociedade. Esta dimensão é representada pelos fóruns de deliberação e pelas entidades representativas da profissão, que são: CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO/MESS (CA'S e DA'S), FENAS. Quanto à terceira dimensão, esta é constituída por um conjunto de leis, resoluções, documentos e textos consagrados na profissão.

Destarte, foi a partir do Projeto Ético-Político que a profissão de Serviço Social ampliou sua relação com a classe trabalhadora, através dos movimentos sociais e as lutas reivindicadas por eles, como destacaremos no tópico a seguir.

3 PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL – PEPSS: aproximação com as lutas do Movimento Feminista

É durante o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, em busca do rompimento com o conservadorismo presente na profissão e da afirmação de um compromisso com a classe subalterna, que a profissão passa a se aproximar dos movimentos sociais emergentes.

De acordo com Inácio (2013), é a partir da consolidação do PEPSS, que os ideais e/ou pautas de lutas dos movimentos feministas⁴ ingressam no debate da profissão,

⁴O movimento feminista é um movimento sociocultural, que luta por justiça e equidade nas relações entre homens e mulheres e, sobretudo, luta para garantir os direitos humanos, principalmente o das mulheres em função do alto nível de violência e discriminação que padecem (LISBOA, 2010, P. 68).

considerando os princípios e valores contidos nos aparatos normativos que constituem tal projeto profissional.

[...] o projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional (CISNE, SANTOS, 2018, P. 145 -146).

Assim, o movimento feminista enquanto organização sociopolítica das mulheres na luta por igualdade de gênero, constitui um espaço de luta dos(as) assistentes sociais comprometidos(as) com a observância dos princípios atinentes ao Código de Ética profissional instituído pela resolução do CFESS nº 273, de 13 de março de 1993, os quais legitimam o conjunto de normativas que dão base à concepção de PEPSS.

O Serviço Social passou a introduzir no debate profissional as diversas temáticas ligadas às lutas dos sujeitos políticos aliados historicamente de seus direitos, como: Movimento feminista, Negro, LGBT, Sem terras, entre outros, que têm suas lutas apoiadas e reafirmadas pela categoria profissional dos(as) assistentes sociais junto às suas entidades representativas. Nesse sentido, o Serviço Social reconhece as diversas formas de opressão, inclusive as opressões sexistas culturalmente e historicamente determinadas pelo sistema patriarcalista-capitalista como expressões da questão social – matéria-prima de trabalho dos(as) assistentes sociais – e, portanto, campo de intervenção profissional.

Ao reconhecer as lutas feministas enquanto campo de intervenção profissional, o conjunto CFESS/CRESS passou a manifestar-se publicamente na defesa dos direitos das mulheres e contra qualquer tipo de violência. Um dos marcos importantes nessa trajetória foi a aprovação no Encontro Nacional CFESS/CRESS da descriminalização do aborto em 2009, sucedida pela aprovação da legalização em 2010 enquanto bandeira de luta do movimento feminista, bem como da categoria profissional, considerando que a criminalização do aborto reforça as desigualdades de classe, raça e sexo (CISNE, SANTOS, 2018).

Outro avanço acerca da apropriação da temática pelo Serviço Social segundo as autoras Cisne e Santos (2018) situa-se na criação do grupo temático de pesquisa em Serviço Social – GTPSS, intitulado “relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, este por sua vez, inserido no formato de disciplina obrigatória no currículo do curso de Serviço Social a partir de sua aprovação na assembleia da ABEPSS em 2014. A

Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO, assim como as demais representações da profissão, vem se mobilizando contra qualquer tipo de opressão e discriminação à diversidade humana. Para tanto, criou a ENESSO feminista e passou a introduzir em todos seus encontros uma mesa para tratar das opressões/explorações sexistas, racistas e patriarcais.

Sem pretensões de esgotar as conquistas do Serviço Social em defesa da diversidade sexual e da igualdade de gênero no que tange a dimensão dos direitos, e considerando os limites deste artigo, podemos sinalizar um dos mais recentes avanços – não menos importante que os demais –, a inserção da obra “Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social” das autoras Cisne e Santos, na biblioteca básica do Serviço Social no ano de 2018, tal qual fazemos uso na presente discussão, por considerar profícuas suas contribuições para esse debate.

A profissão de Serviço Social inserida na divisão sociotécnica do trabalho é demarcada pelas configurações políticas, sociais, econômicas e culturais da conjuntura social. Assim, não se pode perder de vista o contexto histórico-social em que a profissão germinou, no qual se ratificou elementos fundamentais para a construção da imagem social do Serviço Social com histórica predominância feminina.

Considerando o exponencial aumento das taxas de lucratividade do sistema capitalista, dada a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, houve, concomitantemente, o aprofundamento das desigualdades sociais. Tal fato conclamou uma ação do aparato estatal que interveio através de políticas sociais, abalizadas pelo seu prisma fragmentado, assistencialista e filantrópico. Esse é o solo fértil para a emergência da categoria profissional de assistentes sociais, uma vez que estes são imbuídos da função social de execução das políticas sociais vigentes na época para o trato da questão social.

Desde sua emergência, observou-se no seio da profissão uma hegemonia do gênero feminino entre os(as) profissionais, dada pela condição ideocultural legitimada socialmente, que apregoa um perfil estritamente conservador para a atuação no Serviço Social, vinculando-o com a posição social e ideológica da mulher inserida na ordem societária. Pois, a imagem feminina, delineada no e pelos marcos sociais e ideológicos da Igreja Católica, e da racionalidade capitalista, ergue-se sob o perfil de indivíduo responsável pela construção e preservação da ordem social, haja vista uma “vocação natural” da mulher para atividades vinculadas ao âmbito doméstico, à afetuosidade, ao cuidado etc.

Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos dessas atividades, a consciência do posto que caiba à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades. Incapazes de romper com essas

representações, apostolado social permite àquelas mulheres, a partir da reificação daquelas qualidades, uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe, e da defesa faculta um sentimento de superioridade e tutela em relação ao proletariado, que legitima a intervenção (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p.172, grifos nossos).

A gênese do Serviço Social preenche de determinações conservadoras fez eclodir um padrão profissional ideal à classe burguesa e aos ditames da sociedade patriarcal. Assim, as primeiras intervenções profissionais do Serviço Social foram imbuídas pelos comandos do grande capital, que determinavam as características pré-requisitadas para as “candidatas” à função de assistente social, reiterando valores, comportamentos e formas de ser e de existir moralmente íntegras, na perspectiva de contribuir para o controle e regulação social como mecanismo de efetivação e manutenção do status quo burguês. Observa-se que o perfil profissional delineado nesse contexto vincula-se à moralização da questão social, uma vez que a mulher é responsabilizada pelas sequelas da questão social, favorecendo a desresponsabilização do Estado e camuflando as contradições entre capital e trabalho.

Nesse panorama, nas protoformas do Serviço Social cabia à profissão moldar as desigualdades sociais em prol do bem comum, interligando essa função social ao papel – socialmente construído – da mulher enquanto sujeito que protege, que transforma, que é sensível, paciente e amável com os “desvirtuados”, “marginalizados” socialmente. Há de se considerar que o Serviço Social constituiu-se como um espaço de inserção social e profissional da mulher, mas não se fez suficiente para estabelecer a igualdade entre os gêneros no mundo do trabalho, tomado por antagonismos e contradições postas pelas determinações burguesas e patriarcais.

O trabalho⁵, entendido como uma categoria fundante da sociabilidade humana, ganha uma nova configuração nos marcos da sociabilidade capitalista, tornando-se cada vez mais alienado e alienante, postas as processualidades do cotidiano e as configurações que erguem à contemporaneidade. Na ordem monopólica do capital, o trabalho é demarcado não somente pela (re)produção de bens de consumo, mas, primordialmente, refere-se à produção e reprodução das relações sociais. Sendo assim, é permeado por condições de classe, gênero e etnia que retroalimentam as desigualdades sociais.

⁵ “(...) o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (...) [Diferente do que ocorre no mundo animal] o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é aquele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em era. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente (...)” (MARX apud LESSA, 2007, p.131).

Basilarmente, o conceito de gênero diz respeito à organização social a relação entre os sexos, estando disponível a transformações por meio da incorporação de novos sentidos e (des)construções sociais. De acordo com Cisne e Santos (2018), gênero refere-se a uma categoria relacional que analisa, criticamente, a condição de subalternidade da mulher ao homem, tal como, a divisão dos papéis e funções sociais desempenhados por homens e mulheres.

Dado o exposto, destaca-se que a divisão sexual do trabalho tem uma importante e determinante função estratégica na expropriação social, uma vez que o trabalho é hierarquizado, elevando os homens às atividades mais sofisticadas e de maior ascensão econômica e social, enquanto coloca as mulheres em trabalhos que retomem práticas domésticas, ratificando a inferioridade no que tange ao prestígio social e/ou ao fator econômico nas remunerações oferecidas (SILVA; LOPES; VANNY, 2017).

Na sociedade atual, as atividades femininas são consideradas uma vocação natural e, por essa razão, há a desvalorização desses trabalhos, a exemplo do Serviço Social, que possui uma posição subalterna com relação a outras profissões. Vale ressaltar, a presença majoritária das mulheres no público alvo das mediações dos(as) assistentes sociais e o requisito das políticas públicas com enfoque na matricialidade familiar, corroborando com a responsabilização da mulher junto à estruturação familiar, reforçando a subalternidade feminina e o “dom” do convencimento, meiguice e cuidado. O ser feminino é considerado base da reprodução material ideológica da força de trabalho e, substancialmente, é responsabilizado pela reprodução social (CISNE; SANTOS, 2018).

Contudo, observa-se que a profissão de Serviço Social perpassou por diversas e fulcrais transformações em seu percurso histórico-social. Nesse processo, houve a ruptura hegemônica com as ações confessionais, assistencialistas e filantrópicas com base no refinamento e aprimoramento das processualidades teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão. No entanto, não se pode perder de vista que tais avanços não configuraram a condição de gênero no Serviço Social, considerando os desdobramentos patriarcais enraizados numa sociedade excludente.

Isso induz a refletir que, numa sociedade patriarcal⁶ e desigual, ser mulher é mais que um desafio; é sinal de resistência. Por essa razão, é fundamental estabelecer um nexo entre o movimento feminista e o Serviço Social, como possibilidade de oportunizar a construção de alternativas estratégicas de oposição à barbárie social.

⁶ O patriarcado possui base material e sócio-histórica e refere-se ao poder dos homens, a autoridade da figura masculina na sociedade. A palavra se dá pela combinação das palavras gregas pater (pai) e arke (origem e comando), determinando uma formação social em que os homens detêm o poder. Ressalta-se que “o patriarcado por funcionar como sistema e, como tal, fazer-se presente nas relações sociais, também é reproduzido por mulheres, mesmo sem a presença de um homem” (CISNE; SANTOS, 2018).

O convite do feminismo ao Serviço Social é, portanto, para ressaltar e fortalecer o compromisso com a luta por liberdade e igualdade substantivas, o que corresponde ao processo contínuo de enfrentamento aos conservadorismos e, ao mesmo tempo, com a afirmação da renovação da profissão e da emancipação humana (CISNE; SANTOS, 2018, p161).

Assim, compreende-se ser primordial a discussão do feminismo para o Serviço Social, enfatizando não apenas o compromisso ético-político com os preceitos que institucionalizam a profissão, e com o público alvo, predominantemente feminino, dos espaços socioinstitucionais em que os(as) assistentes sociais se inserem, mas também é necessária a compreensão do contexto histórico-social em que surgiu a profissão, para que, a posteriori, possamos apreender a partir de uma análise crítica a introdução do Serviço Social na divisão sexual do trabalho como forma de regulação social.

Ademais, urge na cena contemporânea a necessidade de aproximação das pautas de lutas feministas junto à população e ao Serviço Social para o despertar de uma consciência capaz de compreender e refletir sobre a relevância do feminismo enquanto práxis social, que possibilite a eclosão de mentes questionadoras. Trata-se de um convite à rebeldia sobre as opressões que amordaçam a nós mulheres em sua totalidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos afirmar que é durante o processo de renovação e/ou de recusa ao Serviço Social tradicional, iniciado no final da década de 1960, que o Serviço Social passa a se aproximar – de forma tímida, em decorrência do contexto sociopolítico, marcado pelo golpe militar – dos movimentos sociais, sindicais e populares, dentre eles o Movimento Feminista. Contudo, somente na década de 1990, com a aprovação do Código de Ética Profissional em 1993, da Lei de Regulamentação da Profissão 8.662/93 e das Diretrizes Curriculares em 1996, é que as lutas do movimento feminista passam a incorporar a agenda política da profissão.

É no contexto de consolidação do Projeto Ético-Político (PEP) e, simultaneamente, de ascensão das lutas das mulheres contra o sistema capitalista-patriarcal no cenário político, que o Serviço Social passa a reconhecer as lutas feministas como próprias da profissão, considerando a sua relação histórica e socialmente determinada pela divisão sexual do trabalho e o conjunto de desigualdades a que são inerentes.

A importância da apropriação das lutas feministas pelo Serviço Social não se restringe à dimensão do compromisso ético-político com os usuários dos seus serviços –

majoritariamente femininos, dada a matricialidade no acesso às políticas públicas. Ela também se explica pelo significado sócio-histórico da profissão hegemonicamente feminina. Trata-se de uma articulação necessária, seja para os(as) assistentes sociais compreenderem de forma crítica a inserção da profissão na divisão sexual do trabalho, bem como para imprimir em seu exercício profissional ações capazes de romper com as opressões/explorações sobre as mulheres, seja para o próprio movimento feminista que vislumbra no Serviço Social a possibilidade de ampliação e fortalecimento da luta das mulheres contra a subalternidade que lhe é atribuída.

Embora, reconheçamos os vários avanços e conquistas do Serviço Social no que se refere à introdução do debate do movimento feminista na profissão, ainda é um grande desafio a consolidação deste, considerando a forte presença do neoconservadorismo no âmbito da profissão. O desafio é, portanto, caminhar na direção da renovação da profissão, cada vez mais ameaçada na contemporaneidade, e fortalecer o compromisso com luta pela emancipação das mulheres.

REFERÊNCIAS

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico- metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CISNE, M. SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LISBOA, T. K. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. in: **Rev. Katál. Florianópolis**.v. 13 n. 1 p. 66-75 jan./jun. 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma intervenção histórico-metodológica**. 21. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

INÁCIO, M. O. **A emancipação das mulheres no Projeto Ético-Político do Serviço Social**: contribuições e dilemas das relações entre marxismo e feminismo. 2013. 247 f. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Pernambuco, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11456>. Acesso em: 14 de. Ago. 2018.

SILVA, Diego Tabosa da Silva; LOPES, Noêmia da Fátima Silva; VANNY, Rafaelle. Trabalho feminino? A configuração de gênero do Serviço Social no Brasil. IN: **Anais do 5º Encontro Internacional de Política Social e 12º Encontro Nacional de Política Social** (INSS 2175-098X). Vitória/ES, 2017.